



**RESPOSTA DOS RECURSOS DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO  
DA URCA 2022.2 - SEGUNDO DIA**

**HISTÓRIA**

**QUESTÃO: 01**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O enunciado da questão faz um percurso da história das civilizações do Antigo Oriente Próximo, enfatizando sua longevidade, diversidade e poder de influência na história ocidental, seja pelo seu papel cultural, urbano, político, econômico, administrativo, na escrita, e no campo da religião. O comando da questão enfatiza sobre a produção de registros históricos das primeiras grandes civilizações antigas e pede aos candidatos a alternativa que faça referências às sociedades. A Palestina é utilizada em razão da importância territorial no Oriente Próximo e o surgimento de civilizações importantes nesta região, marcadas, inclusive por conflitos religiosos. Não é cobrada a compreensão da Palestina enquanto uma civilização, mas sim o berço de grandes civilizações ou sociedades antigas presentes no Oriente Próximo. A origem do povo palestino, contudo, não é desconhecida dos historiadores do Orientalismo, que reconhecem os amoritas, cananeus, semitas, hititas e filisteus, povo indo-europeu participantes do processo de nomeação da Palestina. O literata e ativista político palestino, Edward Wadie Said, publicou o livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, em 1978. A obra se tornou um marco histórico e é utilizada por historiadores e cientistas das humanidades. Nesta obra Said (2003), apresenta pela primeira vez a tese de que o Oriente não se trata de um território geográfico, mas sim uma construção cultural e política do mundo ocidental. Do mesmo modo podemos dizer sobre a população da Palestina na Antiguidade e os palestinos na contemporaneidade. “A Palestina do Calcolítico era uma região onde predominavam aldeias abertas estabelecidas em vales e planícies” (CARDOSO, 1998, p. 85); (PINSKY, 1994, p. 50-51). O historiador Ciro Flamarion Cardoso também fala sobre uma economia e cultivos estabelecidos nessa região e pelas sociedades dela. Desde a Antiguidade historiadores relatam sobre a existência de vestígios documentais que dão conta de disputas históricas de oposição, contatos, dispersões e unicidades dessas sociedades, incluindo a conversão árabe e o apagamento original dessas sociedades da Palestina. São registros que perpassam do ano 2000 a.C, com as invasões persa, grega, romana; o domínio Egípcio, cobrindo os períodos de 1800 a 1500 a.C, até a ocupação militar britânica da Palestina, no século XX. Essas disputas protagonizaram conflitos religiosos que vão caracterizar um Estado palestino no Orientalismo contemporâneo. O gabarito portando é a letra D. Referência: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete olhares sobre a antiguidade**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 15. ed. São Paulo: Atual, 1994.

**QUESTÃO: 02**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. RECURSO NÃO ACEITO. IMPROCEDENTE: Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no



PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. A questão foi elaborada utilizando-se de referências de egiptólogos e dos estudos da egiptologia, sem desconsiderar o nível dos(as) candidatos(as) concluintes e daqueles(as) que concluíram o Ensino Médio. Desse modo, também nos referenciamos nos livros do Ensino Fundamental e Médio aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), para que a questão estivesse alinhada ao que esses livros propunham. As alternativas B, C, D estão incorretas porque dão dados de outros mares, territórios e povos. A alternativa E fala do Império Caudeu, Império Assírio, Babilônico no lugar da nomeação dos Impérios característicos do Egito Antigo, portanto, a alternativa correta é a letra A. Ao observarmos que os livros do ensino médio estavam alinhados aos saberes do livro *O Egito Antigo*, do historiador brasileiro *Ciro Flamarion Cardoso*, optou-se por extrair do(a) candidato(a) um nível de compreensão do processo histórico acerca do Egito e sua complexa e variável constituição política, e não apenas uma associação mnemônica (memorização) de termos e conceitos fragmentados. A Banca Examinadora ao utilizar a expressão **MONARQUIA ABSOLUTA** reitera as considerações de pesquisadores do Egito Antigo presentes em suas obras e também em livros didáticos que reforçam o poder absoluto dos faraós/monarcas/reis em determinados períodos históricos do Egito Antigo. O que se faz reconhecer uma monarquia teocrática absoluta praticada nos primórdios do Antigo Império. **ATENÇÃO**, a Banca Examinadora não utilizou o conceito **MONARQUIA ABSOLUTISTA** ou **ESTADO ABSOLUTISTA** principais referências da Idade Moderna europeia, e também não se referenciou aos reis da Idade Média que compartilhavam seu poder com os nobres, senhores de feudos, duques, condes e marqueses. Optar pelo conceito de **TEOCRACIA** simplesmente não aumentaria o nível de exigência que a questão pedia e incorreríamos a um saber superficial e fragmentado, conforme nos esclarece a BNCC (BNCC, 2017, p. 59). Segue abaixo as referências com seus respectivos excertos: “Muitas “Histórias do Egito” são, na verdade, quase exclusivamente Histórias dos reis egípcios: suas dinastias, batalhas, conquistas, construções e outros feitos. Uma tal distorção é em parte o resultado do caráter predominante da documentação escrita e arqueológica disponível, a qual ilumina sobretudo a religião e a monarquia” (CARDOSO, 1982, p. 3); “Não há dúvida, porém, de que o rei-deus, encarnação de Hórus, tenha conhecido sob a IV dinastia o apogeu do seu poder absoluto” (CARDOSO, 1982, p. 19); “Quanto às estruturas governamentais, sob o Reino Antigo o faraó era o mais absoluto dos monarcas, adorado como um deus e visto como suprema autoridade religiosa, militar, civil e jurídica” (CARDOSO, 1982, p. 20). “Por volta de 3100 a.C., os governantes do alto Egito conquistaram o Baixo Egito. Os dois reinos passaram a ser comandados por um rei: o faraó. No decorrer de mais de 3 mil anos de história registrada, o Egito alternou períodos de centralização e descentralização do poder político (COTRIM, 2016, p. 68); “O faraó era o rei supremo do Egito, considerado basicamente um deus vivo, responsável pela proteção de seu povo. De modo geral, o faraó detinha autoridade religiosa, administrativa, judicial e militar (COTRIM, 2016, p. 69). “A monarquia no Antigo Império... De acordo com Jean Gaudemet, Menés foi o fundador da I Dinastia, tendo unificado sob o seu mando o Alto e o Baixo Egito” (LIMA FILHO, 2009, p. 42); “Ao tratar do Antigo Egito, Fernando Fournier Acuña, professor costa-riquenho, afirma que ao longo de toda a sua história, foi o Egito ‘uma monarquia de textura muito firme’. Fournier Acuña não discrepa de Gaudemet, ao afirmar que o Faraó era um governante absoluto... Considerado um semideus, o faraó era senhor absoluto... O regime egípcio era, pois, a monarquia com aristocracia” (LIMA FILHO, 2009, p. 45). “O faraó é, além de sumo sacerdote e chefe militar, o juiz supremo, aquele que decide as petições em última instância. Centralizador, divino e absoluto” (PINSKY, 1994, p. 73). REFERÊNCIAS: CARDOSO, *Ciro Flamarion*. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. CARDOSO, *Ciro Flamarion*. A teologia régia: O faraó segundo a ideologia monárquica do antigo Egito (segundo milênio a. C.), In: **Revista Maracanan**, Revista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, 2013. LIMA FILHO, *Acacio Vaz de*. Organização política, jurídica e social do Egito no Antigo Império, In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 104,



jan./dez/ 2009, p. 39-70. COTRIM, Gilberto. **História Global 1**. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016. PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 15. ed. São Paulo: Atual, 1994.

### **QUESTÃO: 03**

#### **RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O enunciado da questão oferece pistas sobre vestígios (fontes históricas). Discorre sobre civilizações anteriores à Grécia Clássica, as civilizações micênicas, essas deixaram vestígios de muralhas e palácios para o período arcaico. Também fala do colapso dessas civilizações, e do regresso rudimentar na Grécia Arcaica, pois bem: o historiador francês Jacques Le Goff (1990, p. 399-400) nos fala da urbanização na Grécia Arcaica e dos trabalhadores guardiões de memória que existiram nesse período. O historiador inglês, Perry Anderson confirma: “Em algum momento antes do advento dos registros históricos, aristocracias tribais derrubaram reinados locais, e cidades foram fundadas ou desenvolvidas sob o domínio dessas nobrezas. O governo aristocrático na Grécia Arcaica coincidiu com o reaparecimento do comércio de longa distância... Assim, os habitantes das cidades em geral eram organizados – em ordem decrescente de tamanho e inclusão – em tribos, fratrias e clãs, sendo que os clãs eram exclusivos dos grupos aristocráticos... Pouco se sabe sobre as constituições políticas formais das cidades gregas no período arcaico, pois elas não sobreviveram à época clássica – diferente das de Roma em um estágio semelhante de desenvolvimento” (ANDERSON, 2016, p. 35-36). Vê-se que há sim uma generalização abarcando toda a Grécia Arcaica, mas também a ênfase na existência de cidades, palácios e muralhas na Grécia Arcaica fora de Roma, em estágio de desenvolvimento similar a Roma. O que restou dessas cidades na Grécia Arcaica são registros históricos. O historiador escreve sobre autocratas e crescimento de cidades desde períodos anteriores. Ao utilizar-se do termo palácio este termo não está vinculado à monarquia moderna, nem mesmo aos castelos. O termo se refere aos prédios administrados pelas aristocracias ancestrais (elite) e novos autocratas que representavam donos de terras mais novos. Para que não sejamos acusados de fazer uso de estudos avançados da História, reiteramos que essas informações constam dos livros de História do Ensino Médio com cronologia de fácil compreensão: “A história da Grécia Antiga costuma ser dividida em cinco períodos: **Micênica** (1650 a.C. a 1150 a.C.) migração e assentamento de povos como os aqueus, que fundaram a cidade de Micenas; edificação de PALÁCIOS, templos e fortalezas; utilização da escrita. **Homérico** (1150 a.C. a 800 a.C.) novas populações invadiram a Grécia; destruição do mundo micênico; desaparecimento do uso da escrita; transmissão oral da cultura; formação de novas comunidades. **Arcaico** (800 a.C. a 500 a.C.) FORMAÇÃO DA PÓLIS; colonização grega de outras regiões, com a FUNDAÇÃO DE CIDADES como Bizâncio, Marselha, Siracusa e Nápoles; realização dos primeiros Jogos Olímpicos; introdução do alfabeto fenício adaptado pelos gregos; difusão da escrita fora do círculo dos escribas profissionais. **Clássico** (500 a.C. a 338 a.C.) CONSOLIDAÇÃO DA PÓLIS – CIDADE-ESTADO; guerras greco-pérsicas; apogeu de cidades como Atenas (que desenvolveu a democracia e Esparta); guerras entre cidades gregas. **Helenístico** (338 a.C. a 146 a.C.) crise da pólis; invasão e domínio da Grécia pelos macedônicos; expansão militar e cultural macedônica” (COTRIM, 2016, p. 101). A afirmativa IV é a única incorreta. Sendo assim, a alternativa correta é a Letra E, afirmando estarem corretas as afirmativas I, II e III. REFERÊNCIAS: LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 [1990]. ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016. COTRIM, Gilberto. **História Global 1**. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016.



**QUESTÃO: 04**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. Em um conjunto de 15 questões do caderno de História, 08 questões possuem o comando para marcação da alternativa CORRETA, seguindo um padrão de comando objetivo no qual o(a) candidato(a) deveria focar na busca pelas afirmativas CORRETAS. Essas afirmativas foram construídas mesclando habilidades e conteúdo com critérios explícitos de eliminação, de modo que fosse necessário um desempenho maior do(a) candidato(a) não apenas do conteúdo, mas na seleção da alternativa. Ora pois, se nas 08 questões cujo comando e as alternativas reiteram que as escolhas devam ser focadas nas AFIRMATIVAS CORRETAS, as 02 (DUAS) questões cujo comando destaca a marcação da alternativa INCORRETA procura estimular o(a) candidato(a) a focar nas AFIRMATIVAS INCORRETAS. Desse modo não se trata de dizer que: É correto afirmar que a alternativa é incorreta, mas sim de: SIM, A ALTERNATIVA C reitera/afirma/confirma que AS AFIRMATIVAS II e III estão incorretas. Não foi utilizado V (Verdadeiro) ou F (Falso) para que não gerasse confusão. Trata-se de marcar a alternativa correspondente às afirmativas incorretas. Caso o comando optasse pela marcação da alternativa correta, suscitariam dúvidas relacionadas a alternativa correspondente às afirmativas corretas, como foi utilizado quando das 08 questões de afirmativas corretas, estas reiteraram a palavra correta. Observe que em cada uma das alternativas é reiterado o propósito para que não gerasse dúvidas. Caso as alternativas oscilassem entre correto e incorreto ou nenhuma das; sim, teríamos uma justificativa para nulidade da questão. CONTEÚDO: A democracia ateniense era elitista, patriarcal e escravista. Um grupo restrito reconhecido por cidadãos participava da Assembleia do Povo (Eclésia) e aprovava ou rejeitava projetos para a cidade (COTRIM, 2016, p. 108). “Há várias diferenças entre as democracias atuais e a antiga democracia ateniense. Em Atenas somente parte dos homens adultos constituía o grupo de cidadãos e tinha direito de participar da vida política. Em Atenas, a democracia era direta, onde os cidadãos se dirigem pessoalmente a Assembleia para votar assuntos da vida pública” (COTRIM, 2016, p. 108). “Nas democracias atuais todos os cidadãos têm direito, trata-se da democracia representativa, em que cidadãos elegem políticos para representá-los nas Assembleias” (COTRIM, 2006, p. 108). O regime político em Esparta era oligárquico, apenas membros da gerúsia governavam e decidiam sobre a cidade (MELANI, 2006, p. 153-155). “A democracia representativa surge inicialmente como democracia liberal nos séculos XVII, XVIII e XIX e com esta configuração contemplará aqueles direitos relativo à dimensão formal dos direitos fundamentais, quais sejam, os direitos civis e políticos. Já no século XX e XXI, algumas democracias passam a incorporar a dimensão substancial da cidadania, isto é, os denominados direitos sociais” (ALBUQUERQUE; CECATO, 2016, p. 184). “Quem detém o poder real em uma democracia representativa não é o partido, não é o governante, é o povo”. (TAKAYANGI, 2007, p. 1118). Entendemos, portanto, que as afirmativas I e IV estão corretas, sendo incorretas as afirmativas II e III conforme aponta a alternativa C. REFERÊNCIAS: COTRIM, Gilberto. **História Global** 1. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016. MELANI, Maria Raquel Apolinário (et. al). **Projeto Araribá: História**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006. ALBUQUERQUE, Armando; CECATO, Maria Aurea Baroni. Democracias eleitorais e cidadania na América Latina: uma análise empírica a partir do relatório *Freedom in the world* 2016. **Revista jurídica**, vol. 03, n. 44, Curitiba, 2016, p. 182-206. SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Vol 1 – O debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1987. TAKAYANGI, Fabiano Yuji. A democracia representativa no Brasil, In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 102, jan./dez, 2007, p. 1095-1122.



**QUESTÃO: 05**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O candidato levanta considerações acerca do excedente acumulado no meio de produção feudal, essa afirmativa é reiterada pelo historiador inglês, Perry Anderson, “o primeiro e mais fundamental foi grande salto no excedente agrário produzido pelo feudalismo”. (ANDERSON, 2016, p. 206). Todavia a questão trazida por Perry Anderson é sobre excedente de terras, conforme sua passagem “Foi um modo de produção dominado pela terra e por uma economia natural, em que nem o trabalho nem os produtos do trabalho eram mercadorias. O produtor imediato – o camponês – estava ligado ao meio de produção – o solo – por uma relação social bem específica. A fórmula literal desse relacionamento vinha expressa na definição legal da servidão - *glebae adscripti*, ou ligados à terra: juridicamente, os servos tinham mobilidade restrita. Os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus donos. A propriedade agrária era controlada por uma classe de senhores feudais, que extraía o excedente dos camponeses por meio de relações político-legais de coação”. (ANDERSON, 2016, p. 165). Ou seja, Perry Anderson constata que diferentemente do comércio urbano, o modo de produção feudal era predominantemente agrária-natural, na qual se realizava o escambo (troca), “assim, a *oposição dinâmica* entre cidade e campo só foi possível no modo de produção feudal: oposição entre uma economia urbana de crescente troca de mercadorias – controlada por mercadores e organizada em guildas e corporações – e uma economia rural de trocas naturais”. (ANDERSON, 2016, p. 169). O historiador Gilberto Cotrim, por outro lado, evidencia que “a economia feudal não era exclusivamente agrária. Também havia comércio e artesanato. Praticava-se comércio nas feiras locais, onde os camponeses costumavam trocar seus excedentes de produção por artigos produzidos no artesanato urbano”. (COTRIM, 2016, p. 169). Embora a questão não traga o termo excedente, ela não nega a sua existência, mas reforça segundo os historiadores Jacques Le Goff, Perry Anderson e Gilberto Cotrim, que o meio de produção era o próprio feudo. Não se pode falar em mercadorias porque ainda não havia a compreensão conceitual do capital. Os produtos fruto da produção de excedente eram trocados, e não eram percebidos enquanto comércio. REFERÊNCIAS: ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016. COTRIM, Gilberto. **História Global 1**. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016. MELANI, Maria Raquel Apolinário (et. al). **Projeto Araribá: História**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006. LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1983. v. II, p. 296.

**QUESTÃO: 07**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. Ao analisar o recurso percebemos que não se trata de duplicidade de alternativas, haja vista que a alternativa com a letra D traz a seguinte frase: “Estão CORRETAS as alternativas I, II e III”; enquanto, por



outro lado, a alternativa de letra E traz a seguinte frase: “Estão INCORRETAS as alternativas I, II e III”.

**QUESTÃO: 08**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O ENUNCIADO da questão auxilia o(a) candidato(a) com algumas pistas importantes: datação entre 1490 e 1520; cena do século XV; aperfeiçoamento tecnológico; utensílios de trabalho; urbano europeu; uso de mão de obra; analfabetismo; final da era medieval. Enfim, para o saber científico, a prensa e o prelo foram um dos utensílios de maior importância e impacto inaugurando a era moderna. A IMAGEM: selecionamos 20 cadernos de prova nas cores de capa verde e branca. Nas imagens em preto e branco foi possível perceber: 05 homens, sendo o primeiro localizado no canto superior direito da imagem, como se estivesse no ato da leitura de um livro ou uma folha de papel; o segundo homem localizado no canto superior direito da imagem, ele parece estar de pé atrás de um púlpito de madeira, ele parece escrever. O terceiro homem está localizado no canto inferior do lado direito da imagem, ele parece empilhar blocos brancos. O quarto homem está de pé no canto superior esquerdo da imagem, ele veste trajes medievais e mexe algo em um utensílio na cor preta, segurando o objeto com as duas mãos. O quinto homem está localizado quase ao centro da imagem, ele veste trajes medievais e está com o joelho flexionado para baixo, enquanto segura com as duas mãos uma haste que está sendo pressionada para baixo. Há uma grande mesa retangular com pés de madeira (veios) e dobradiças na parte do tampo. Na parede ao fundo da imagem nota-se pendurados tesouras, pinças, pinceis e espanador de mão. Os homens estão em um ambiente interno construído com tijolinhos maciços aparentes, com telhado sustentado por vigas de madeira. Os homens têm como companhia um cachorro deitado no chão, localizado no plano inferior direito da imagem. Ao cruzar os detalhes da imagem e as pistas dadas pelo enunciado da questão, é possível resolvê-la sem prejuízos.

**QUESTÃO: 09**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O ENUNCIADO: trata-se de uma simples questão complementar (de complementação), na qual são trazidos alguns dos inúmeros reinos localizados na região da África subsaariana. O enunciado exemplifica alguns dos reinos e termina abruptamente com dois pontos, de modo a indicar que algo precisa ser complementado. Sendo assim, o(a) candidato(a) deve complementar os reinos correspondentes a região subsaariana. DO CONTEÚDO: Conhecer os reinos da África subsaariana é conhecer a história da formação do povo brasileiro, o conteúdo para abordagem dessa temática pode ser verificado nos seguintes itens: 3. Sociedade ocidental durante a época moderna (séculos XV e XVIII), 3.1 Expansão marítima e comercial europeia; 3.2 Formação dos Estados modernos, absolutismo monárquico e mercantilismo; 3.4 ...história e cotidiano dos negros; trabalho e resistência cultural, história das Irmandades, aspectos econômicos e sociais da



população negra; religião, cultura e educação no Brasil Colônia; 4.1 Hegemonia europeia: transformações econômicas: do capitalismo liberal ao monopolista; imperialismo europeu: expansão industrial e recolonização da África e Ásia; 5.5 Sociedades afro-asiáticas contemporâneas: descolonização da Ásia e África; conflitos árabe-israelense; as relações entre Ocidente e Oriente; o Apartheid; 5.6 Brasil: educação e conscientização étnica, atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica, de luta social e história dos remanescentes no Brasil; questões políticas, econômicas e sociais do Brasil atual. Segundo o historiador Gilberto Cotrim, “em 1483, navegadores portugueses liderados por Diogo Cão estabeleceram, efetivamente, os primeiros contatos com pessoas do Reino do Congo. A partir desse encontro, portugueses e congoleses estabeleceram relações amistosas e parcerias comerciais. Como parte da aproximação e aliança entre os dois povos, em 1491 o *mani* Congo converteu-se formalmente ao catolicismo.” (COTRIM, 2016, p. 218). “O Reino do Mali entrou em declínio, enfraquecido por guerras internas e ataques de inimigos externos, como os tuaregues. No século XV, conquistadores portugueses entraram em contato com os povos dessa região.” (COTRIM, 2016, p. 217). “O continente africano em geral e em particular as regiões onde moravam os africanos escravizados trazidos para o Brasil eram povoados por uma enorme variedade de povos, que falavam línguas diferentes, organizavam de maneira diversa suas sociedades.” (SOUZA, 2006, p. 84). Outras referências em que se pode validar o diálogo África-Brasil são os livros: *As Américas e a civilização – processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*, de Darcy Ribeiro. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. *História do Brasil*, Boris Fausto. REFERÊNCIAS: COTRIM, Gilberto. **História Global 1**. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016. SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

### **QUESTÃO:** 10

### **RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. CONTEÚDO: O conteúdo é apresentado no edital, nos itens: 3.4 Brasil Colônia: Populações indígenas e suas formas de organização antes da chegada dos portugueses; a colonização: organização política-administrativa e economia colonial; homens livres na colônia; história e cotidiano dos negros: trabalho e resistência cultural (...) expansão da colonização ao interior do Brasil; rebeliões na colônia. Trata-se de uma questão da História do Brasil colonial, especificamente da região do nordeste brasileiro. Caio Prado Junior é um dos historiadores intérpretes da história econômica do Brasil desde sua fundação, assentando na contemporaneidade. O assunto sobre as dificuldades de estabelecer a colônia é bastante tratado em livros didáticos (PRADO JUNIOR, 2012, p. 13). “Portugal foi o primeiro país a empreender as Grandes Navegações no século XV. Entre os motivos apontados pelos historiadores para esse pioneirismo, podemos destacar: a centralização administrativa, os interesses dos grupos sociais, a ausência de guerras e a própria posição geográfica do país.” (COTRIM, 2016, p. 238). Holandeses só chegaram ao Brasil no século XVIII, depois que os portugueses já haviam estado aqui, entre 1630 e 1654. O historiador, Arthur Ramos evidencia a invasão holandesa, pela primeira vez em 1624 na primeira capital do Brasil, Salvador. Holandeses estiveram em Pernambuco, Paraíba, Maranhão e capitania Real do Ceará. O registro da presença dos franceses data de 1555, na costa do Rio de Janeiro, Maranhão e Salvador, entre os séculos XVI e XVII. Segundo Caio Prado Junior e Boris Fausto, os portugueses não tinham interesse no Brasil no princípio da pré-colonização. “O contato entre europeus e indígenas teve profundo impacto sobre ambos. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, a conquista da América representou “o confronto de duas humanidades diversas, tão



heterogêneas, [...] que não deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal.” (COTRIM, 216, 249). “Houve também reações de hostilidade e resistência imediata por parte dos indígenas. De modo geral, os povos nativos da América não demoraram para perceber que se tratava de uma invasão e que a chegada dos conquistadores significava perda de seus bens e territórios, deslocamento, escravidão e até mesmo extermínio.” A única questão correta, portanto, é a afirmativa I, sendo assim a alternativa a ser marcada é a letra E. REFERÊNCIAS: COTRIM, Gilberto. **História Global** 1. 3. ed. 3.v. São Paulo: Saraiva, 2016. PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: e outros estudos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

**QUESTÃO: 11**

**RESULTADO:** RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Estão corretas as afirmativas II e III, apontadas pelas alternativas C e E. O gabarito, portanto, deverá reconhecer as duas alternativas com resposta correta em duplicidade  
QUESTÃO NULA.

**QUESTÃO: 12**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. Em um conjunto de 15 questões do caderno de História, 08 questões possuem o comando para marcação da alternativa CORRETA, seguindo um padrão de comando objetivo no qual o(a) candidato(a) deveria focar na busca pelas afirmativas CORRETAS. Essas afirmativas foram construídas mesclando habilidades e conteúdo com critérios explícitos de eliminação, de modo que fosse necessário um desempenho maior do(a) candidato(a) não apenas do conteúdo, mas na seleção da alternativa. Ora pois, se nas 08 questões cujo comando e as alternativas reiteram que as escolhas devam ser focadas nas AFIRMATIVAS CORRETAS, as 02 (DUAS) questões cujo comando destaca a marcação da alternativa INCORRETA procura estimular o(a) candidato(a) a focar nas AFIRMATIVAS INCORRETAS. Desse modo não se trata de dizer que: É correto afirmar que a alternativa é incorreta, mas sim de: SIM, A ALTERNATIVA C reitera/afirma/confirma que AS AFIRMATIVAS II e III estão incorretas. Não foi utilizado V (Verdadeiro) ou F (Falso) para que não gerasse confusão. Trata-se de marcar a alternativa correspondente às afirmativas incorretas. Caso o comando optasse pela marcação da alternativa correta, suscitariam dúvidas relacionadas a alternativa correspondente às afirmativas corretas, como foi utilizado quando das 08 questões de afirmativas corretas, estas reiteraram a palavra correta. Observe que em cada uma das alternativas é reiterado o propósito para que não gerasse dúvidas. Caso as alternativas oscilassem entre correto e incorreto ou nenhuma das; sim, teríamos uma justificativa para nulidade da questão.

**QUESTÃO: 13**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. O enunciado da



questão orienta a leitura de uma matéria do jornal Folha de São Paulo a falar da proibição, em Pernambuco, de homenagens e denominações de espaços públicos, prédios, monumentos com nomes de personalidades violentas ou promotoras da quebra dos direitos humanos no passado, pois bem, trata-se de uma lei de memória, que evidencia as disputas de memórias no âmbito social coletivo. De acordo com o historiador Gilberto Cotrim, “de 1964 a 1985, as Forças Armadas exerceram controle sobre a vida política brasileira. A democracia foi interrompida e a liberdade dos cidadãos, limitada (...) o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi um dos mais terríveis instrumentos normativos lançados pelo regime militar. Era o fechamento político, defendido pela ‘linha dura’ do comando militar (...) persistiram problemas gerais da educação pública brasileira, como o de milhões de crianças fora da escola por terem de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, pela longa distância entre suas casas e a escola ou simplesmente por desmotivação social. Também se avalia que houve queda na qualidade do ensino e na remuneração dos professores.” (COTRIM, 2016, p. 237, 243, 253). “O conjunto dos acontecimentos e das experiências que ocorrem no dia a dia, tanto de uma pessoa como de um grupo, pode ser chamado de história vivida. Essa história pode integrar as **lembranças** das pessoas e dos grupos que a viveram. Mas existem outras vivências que podem ser **esquecidas**. A memória constitui, então, um “campo de disputa histórico” entre lembranças e esquecimentos. Muitas vezes essas disputas são marcadas pelos interesses sociais que estão em jogo em uma época ou sociedade. Dessas disputas, resultam frequentemente a predominância dos marcos históricos ligados à memória dos grupos sociais dominantes. Lutar pela ampliação da memória social, abrangendo eventos relevantes para diversos grupos, é um exercício de cidadania e de consciência histórica.” (COTRIM, 2016, p. 11). O historiador Paul Ricoeur questiona situações contrastadas, presentes, muitas vezes, na prática dos analistas da memória e que dizem respeito ao trabalho da lembrança e do luto. Confrontadas pelos historiadores do tempo presente, essas situações traduzem, em geral, os traumatismos da memória (individual e coletiva) em relação a determinados acontecimentos históricos (...) A segunda dificuldade refere-se, ao contrário, à negação dos momentos mais traumáticos do passado, sintoma de patologias coletivas ou individuais da memória e que se traduzem não pelo esquecimento, mas pelo silêncio. Essa situação se manifestou, notadamente, em relação à *Shoah* (genocídio dos judeus) e à difícil transmissão, por parte dos seus sobreviventes, da narrativa desse acontecimento.” (SILVA, 2007, p. 181). “Abertos às mais diversas tradições historiográficas, somos, todavia, marcados pelo peso de nossa própria trajetória histórica, no âmbito do pensamento e no plano institucional. Nossa memória é o melhor testemunho disso.” (MALERBA, 2007, p. 356). “Varnhagen, atribuiu-se a ideia de construir a memória e escrever a história do país. A história dos opressores e a história dos oprimidos, e mesmo a história da resistência contra a opressão.” (MALERBA, 2007, p. 365). “Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. [...] Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.” (HOBSBAWN, 1998, p. 22). Os historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, nos faz compreender que a memória coletiva tem trabalho em função das demandas políticas de sociedades, de grupos humanos em favor de condenar ações do passado e recriar lugares de memórias, ou seja, nomes de ruas, monumentos, homenagens etc. (LE GOFF, 1990, p. 4427-433); (NORA, 1981). A alternativa correta, portanto, é a letra A. REFERÊNCIAS: HOBSBAWN, Eric. O sentido do passado. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22. MALERBA, Jurandir. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história normativa e cognitiva no Brasil, In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE, Carlos R. (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Florianópolis: Edusc, 2007; LE GOFF, Jacques. Memória, In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990; NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez, 1981; SILVA, Helenice Rodrigues da. A renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”, In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE, Carlos R. (orgs.). **Historiografia**



**contemporânea em perspectiva crítica.** Florianópolis: Edusc, 2007; COTRIM, Gilberto. **História global 1.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

**QUESTÃO:** 14

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. De acordo com o historiador Gilberto Cotrim, “de 1964 a 1985, as Forças Armadas exerceram controle sobre a vida política brasileira. A democracia foi interrompida e a liberdade dos cidadãos, limitada (...) o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi um dos mais terríveis instrumentos normativos lançados pelo regime militar. Era o fechamento político, defendido pela ‘linha dura’ do comando militar” (COTRIM, 2016, p. 237). Ainda segundo Cotrim: “durante os governos militares, artistas, escritores e jornalistas protestaram contra o cerceamento das liberdades democráticas (...) muitos intelectuais – professores, jornalistas, dramaturgos, atores, músicos – procuraram utilizar seu espaço de atuação para protestar contra o autoritarismo do governo militar. Foi o caso do cantor e compositor Geraldo Vandré, que, no II Festival Internacional da Canção, realizado no Rio de Janeiro, em 1968, apresentou a música *Pra não dizer que não falei de flores*. A música foi classificada em segundo lugar no festival, conquistando o público jovem - principalmente os estudantes universitários. Considerada subversiva pelos militares a canção de Geraldo Vandré difundiu-se pelo país e tornou-se um hino de contestação à ditadura.” (COTRIM, 2016, p. 239, 242). “Vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura. Esse triunfo alimentou o mito da ‘ditabranda’, criando um jogo de sombras do passado que até hoje nos ilude (...) O fato é que a ‘questão cultural’ foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, expressão das suas grandes contradições, mesmo que ela não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva. Instaurada para defender efetivamente o capitalismo e, supostamente, a democracia liberal, a ditadura não podia se afastar das classes médias, sua principal base social. A cultura e a liberdade de expressão eram os pontos mais sensíveis para amplos setores dessa classe, da qual provinham os artistas e quadros intelectuais mais reconhecidos da época.” (NAPOLITANO, 2015, p. 97-98). “A modernização capitalista estimulada pelos militares tinha na indústria da cultura um dos seus setores mais dinâmicos. O mercado era... estimulado por obras criadas por artistas de oposição e de esquerda, consumidas avidamente pela classe média escolarizada. Mesmo sendo uma parcela minoritária da população, a classe média movimentava o mercado de cultura na segunda metade dos anos 1960. O crescimento dos mercados televisual e fonográfico era o principal eixo dessa modernização e, não por acaso, neles triunfaram artistas notoriamente de esquerda, como os dramaturgos comunistas da Rede Globo e os compositores ligados à canção engajada aclamados dos festivais.” (NAPOLITANO, 2015, p. 99). “O Ato Institucional Nº 4 foi publicado na imprensa e reiteradamente lido na televisão e no rádio. Fechava-se o Congresso por tempo indefinido, suspendiam-se todas as garantias constitucionais e individuais.” (ALVES, 1984, p. 131). Segundo a historiadora Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo, o termo comunismo foi utilizado enquanto um discurso maniqueísta para reforçar a adesão ao regime de repressão nacional instaurado no Brasil, haja vista que a ideia empregada pelos veículos de comunicação nas mentes populares era de que o comunismo era ruim e democracia boa. A ameaça comunista, no entanto, não passava da criação de um fantasma imaginário criado para afastar sua compreensão: “o termo *comunismo* aparecia, nas revistas associado a imagens funestas que sugeriam opressão, violência e penúria, provocando medo e desconfiança (...) O ‘comunismo’, por sua vez, era tradicionalmente concebido no Brasil como o ‘outro’ da democracia, como sua



negação. Também já fazia parte do nosso imaginário político associá-lo a imagens desagradáveis, apresentando-o como o promotor da desagregação e do caos.” (FIGUEIREDO, 1998, p. 121, 143). “Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada (...) seguia cada vez mais o curso de uma ditadura brutal. A partir de 1969 as ações armadas se multiplicaram.” (FAUSTO, 2019, p. 410). A única alternativa correta nesta questão é, portanto, a de letra C. REFERÊNCIAS: COTRIM, Gilberto. **História global 3**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016; NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2015; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984; FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”** – Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora Hucitec, História Social, USP, 1998; FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

### **QUESTÃO: 15**

#### **RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. Prezado(a) candidato(a), é com estimado respeito e consideração que informamos que a Banca Examinadora de História não se utiliza de sites, videoaulas, ou textos on-line que não sejam Revistas Periódicas Qualificadas pelo Qualis Capes reconhecidas pelo MEC e o CNPq, ou que estejam vinculadas às Universidades públicas ou privadas no Brasil, para embasar a criação ou revisão de questões inseridas no PSU 2022.2. Reiteramos o nosso compromisso com o saber científico e, portanto, priorizamos referências bibliográficas produzidas por historiadores e pesquisadores das humanidades, desde que sejam renomados e reconhecidos pelas Instituições de Ensino Básico, Médio, Técnico e Superior. As duas imagens se complementam, no passo em que a primeira imagem apresenta um homem vestido com trajes que remetem ao contexto histórico do início do século XX, sentado em uma charrete marcada pelo símbolo nazista; no lugar de um cavalo temos uma pessoa pedalando uma bicicleta, a pessoa carrega nas costas duas bolsas que nos remetem às entregas de alimentos e mercadorias no processo de uberização. A segunda imagem traz a representação da Rússia com a estereotipia de um urso pardo nervoso com as patas em cima do mapa da Ucrânia, sendo disputada pelos Estados Unidos, cuja representação estereotipada é de um homem de cartola e cabelos brancos, o tio Sam, e noutro lado também tentando agarrar uma parte da Ucrânia, um homem de cabelos brancos vestido com o símbolo estrelado da União Europeia. Ambos disputam pela região num confronto raivoso. A primeira imagem representa o neoliberalismo na perspectiva da micro-história, enquanto a segunda imagem complementa com a perspectiva da macro-história. “Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna.” (ANDERSON, 1995, p. 9). A alternativa correta é, portanto, a de letra D. REFERÊNCIA: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.



## GEOGRAFIA

### **QUESTÃO: 17**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE.

O conflito entre Rússia e Ucrânia teve início no dia 24 de fevereiro de 2022. Sendo assim, na data do certame (03 e 04 de setembro de 2022), o conflito já tinha completado mais de 6 meses, sem nenhum indício de que ele iria se expandir, inclusive, para outros países da Europa, restando a possibilidade de expansão para outros continentes, ainda mais remota, quando não, como no caso da América Latina e da África, impossível, uma vez que não existem elementos fáticos para que isso ocorra. Nenhum analista de guerra ou periódico especializado levantou essa possibilidade, mesmo que remotamente. Ademais, não é razoável, do ponto de vista das relações diplomáticas ou mesmo comerciais, que as relações dos BRICs com o G7 sejam cortadas dentro do contexto atual do conflito, mesmo que isso pudesse eventualmente representar uma “solidariedade” à Rússia, uma vez que não existe consenso entre os países que compõem o grupo sobre a real necessidade de invasão da Rússia à Ucrânia. Ademais o texto da questão afirmar, tacitamente, que a postura de cautela deverá ser adotada por motivos econômicos. Portanto, é dentro da análise econômica que os itens devem ser analisados. Nesses termos, resta o recurso INDEFERIDO.

### **QUESTÃO: 19**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Não resta dúvidas de que o item correto se refere à mata atlântica. Primeiro pelo contexto histórico, do final do século XV e início do século XVI, sendo este último o início da ocupação portuguesa no Brasil. A ocupação portuguesa na Amazônia, via comercialização das drogas do sertão, só ocorreu no início do século XVII. Ademais, o primeiro “encanto” dos naturalistas foi com a mata atlântica, em função do perfil de ocupação portuguesa, tendo ela se restringido, durante mais de um século, à costa atlântica recoberta por mata atlântica, notadamente quando do desenvolvimento dos ciclos econômicos do pau-brasil e depois da cana-de-açúcar, notadamente nos dois primeiros séculos de ocupação. Por fim, e para que não reste nenhuma dúvida, o texto faz referência ao pau-brasil, cujo comércio possui, sabidamente, o contexto histórico dos primeiros 30 anos de ocupação dos portugueses, sendo ainda esta uma árvore típica do bioma da mata atlântica. Assim, resta INDEFERIDO o presente recurso.

### **QUESTÃO: 22**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Trata-se de um conceito consagrado na literatura acadêmica especializada e amplamente utilizado em materiais didáticos tanto do ensino fundamental como do ensino médio. Ademais, todas as informações presentes na questão, notadamente quando se refere que a atmosfera, em um dado momento, possui uma “combinação de fenômenos como temperatura, umidade, pressão do ar, ventos e nebulosidade”, não permite confusão conceitual, uma vez que a inversão térmica é um fenômeno muito mais restrito espacial e temporalmente, não alcançando a magnitude das questões meteorológicas (tempo). Nesses termos, resta INDEFERIDO o presente recurso.

### **QUESTÃO: 23**

**RESULTADO:** RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Os argumentos levantados são clarividentes e, portanto, suficientes para ensejar a ANULAÇÃO da questão. Nesses termos, resta DEFERIDO o presente recurso.

### **QUESTÃO: 24**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Quando colocada no contexto espacial e temporal (APA da Chapada do Araripe), bem como tendo como fundamento as experiências encontradas em outros rincões do



mundo e do Brasil, em termos de plantio de milho e, sobretudo, soja, os eventos elencados nos itens de A até D são intensamente observáveis, o que não se aplica à chuva ácida (item E). A chuva ácida, considerada em todas as suas proporções e consequências, tende a ocorrer, com todos os danos ambientais presumíveis, em áreas de grande concentração urbana associada à grande concentração industrial. Nesse sentido, dada a extensão territorial descrita no texto (200 hectares), bem como levando em conta o sopesamento dos eventos, notadamente quando se pensa em termos de dano ambiental (conceito central, do ponto de vista ecológico, para responder a presente questão), não é possível admitir que uma “potencial chuva ácida” na área em tela cause danos ambientais que devam ser considerados. Nestes termos, resta INDEFERIDO o presente recurso.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. O texto traz algumas afirmações que não deixam dúvidas se tratar da Rio 92 e não da Rio+20. Entre elas a de que “foi a largada para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda dos cinco continentes”, bem como a informação de que 175 países tiveram participação e, sobretudo, de que do evento foi produzido um documento intitulado Agenda 21. Todas essas informações perfazem as características da Rio 92 e não da Rio + 20 , realizada em 2012, portanto 20 anos após a Rio 92, pois como pontuou o site oficial do evento à época (<http://www.rio20.gov.br/index.html>), “A abordagem das duas conferências é diferente. A Rio 92 representou a finalização de negociações iniciadas nas décadas anteriores e culminou na assinatura de documentos importantes, tendo como foco a preservação ambiental. Na Rio+20, os debates devem ter uma perspectiva de futuro, discutindo temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e economia verde. A proposta é construir a agenda do desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos”. Nestes termos, resta INDEFERIDO o presente recurso.

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. A questão em tela tem o seu fulcro de debate na temática concernente à “proteção dos recursos naturais, regularização fundiária e pelo respeito às terras indígenas no território amazônico”. É nesse sentido que ela deve ser pensada e respondida. A referência à morte do indigenista e do jornalista também deve ser entendida dentro desse contexto, no conjunto das três situações. O Decreto Federal supramencionado, que diz respeito a uma GLO, conforme relatado na matéria jornalística disponibilizada, afirma que a presença das forças armadas ocorre com o objetivo de “repressão a delitos ambientais na Amazônia”, o que atende apenas à primeira das situações elencadas. Não restando, quando de uma leitura em conjunto, a possibilidade de confusão conceitual com regularização fundiária que não é papel das forças armadas, mas do Congresso Nacional (um dos três poderes do Estado) e, logo após, sancionada ou não pelo Presidente da República (Poder Executivo), sendo passível de controle constitucional pelo Poder Judiciário (outro braço do Estado). O respeito às terras indígenas, conforme entendimento pacificado, não é papel precípua das forças armadas, mas de um conjunto de políticas públicas voltadas para a salvaguarda e valorização dessas populações, o que é papel institucional da FUNAI e não das forças armadas. A presença das forças armadas, não obstante representem a presença do Estado no território amazônico, não permite que seja concretizada, de modo eficiente e eficaz, o “respeito às terras indígenas no território amazônico” e, muito menos, a regularização fundiária. Nesses termos, resta INDEFERIDO o presente recurso.

**QUESTÃO: 28**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. A questão em tela assevera que a Chapada do Araripe é conhecida “notadamente por seus registros do Período Cretáceo, não apenas pela quantidade como pela qualidade da preservação dos exemplares encontrados”. Essa é uma informação amplamente divulgada na literatura especializada e disponível ao grande público por meios diversos, inclusive jornalísticos de circulação nacional, regional e local. É sabido por todos que o período geológico do Cretáceo é o último da era mesozoica e está situado entre 145 milhões de anos e 65



milhões de anos antes do presente. A ocupação humana na Chapada do Araripe, com a sua consequente riqueza arqueológica, é datada, a depender da fonte utilizada, entre 15 mil e 40 mil anos. Nota-se que são escalas de análise completamente díspares. Ademais, os fósseis são registros e patrimônio paleontológicos, distintos, portanto, do patrimônio arqueológico. Não resta, portanto, nenhuma confusão conceitual na questão. Nesse sentido, resta INDEFERIDO o presente recurso.

**QUESTÃO: 29**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. O texto deixa claro que se está falando de mais de um fuso horário e não apenas de um, pois está colocado dentro da perspectiva da imensa dimensão continental do Brasil, no sentido Leste-Oeste. Para tornar a interpretação ainda mais clarividente, o texto faz alusão ao recebimento “desigual” dos raios solares pela superfície terrestre o que, por si só, enseja a percepção da existência de mais de um fuso horário. De modo ainda mais claro, o excerto relata que as condições elencadas favorecem “a existência de mais de um fuso-horário”. Por fim, quanto à citação “oficialmente”, é feita em função da existência de uma Lei Federal (LEI Nº 12.876, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013) que reestabeleceu quatro fusos horários no Brasil, com a reinclusão do fuso que abrange o Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas. Assim, pelo conjunto interpretativo não é possível admitir confusão quanto ao comando da questão: trata-se da quantidade de fusos horários existentes no Brasil e não do horário oficial do Brasil. Nestes termos, resta INDEFERIDO o presente recurso.

**LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA LUSÓFONA**

**QUESTÃO: 31**

**RESULTADO: RECURSOS ACEITOS**

PROCEDENTE. A questão tem duas alternativas corretas. A questão deve ser anulada.

**QUESTÃO: 32**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. No trecho em questão, o pronome QUE exerce a função de SUJEITO da forma verbal EVIDENCIAM, retomando o seu antecedente (RIQUEZAS). Nas estruturas em que o pronome exerce a função de predicativo do sujeito, o verbo de ligação deve vir acompanhado de sujeito explícito: “Fulano não é mais o bom analista que ele já foi.” Neste exemplo, o pronome retoma o sintagma **o bom analista** (Ele já foi *o bom analista*). GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 33**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. São formadas por parassíntese: **repatriação** e **enriquecimento**, considerando-se a adesão simultânea de prefixo e sufixo ao RADICAL da palavra. Há uma única palavra (e não três) formada por prefixação e sufixação: **decolonização**. Nesta palavra, o prefixo tem valor de ação contrária e está, portanto, **correta** a declaração feita na alternativa B (o comando da questão pede que seja assinalada a alternativa com declaração **incorreta**). GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. O elemento coesivo que é aquele que estabelece uma relação de continuidade lógica ou argumentativa entre partes de um texto. O comando requer um elemento coesivo que expressa reação opinativa. Também não é obrigatória a posição do elemento coesivo no início de frases ou parágrafos. O termo **CURIOSAMENTE** revela uma atitude avaliativa a



respeito das informações contidas em parágrafos distintos do texto, atuando à serviço da continuidade argumentativa. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 35**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O único elemento que promoveria alteração do sentido relativamente ao texto original é QUESTIONAMENTO, exatamente pelo fato de que é questionado hoje o que não foi questionado relativamente a outro FATO, MOMENTO, CONTEXTO ou CENÁRIO. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 36**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Não há independência sintática entre as orações que compõem o período, não havendo, portanto, coordenação. Há uma estrutura sintática equivalente a “X ocorreu após Y” seguida de uma oração subordinada adjetiva que explica algo sobre Y. A ocorrência de um único ponto final indica a existência de um único período gramatical. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 37**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A palavra QUE, no trecho em questão, é pronome relativo na primeira e terceira ocorrências (substituível por OS QUAIS) e conjunção subordinativa na segunda e quarta ocorrências. Nas duas situações que o termo aparece como pronome relativo, ele desempenha a função de sujeito do verbo que o sucede. Não procede a alegação de ambiguidade quanto ao uso -da palavra ocorrências, já que a alternativa correta constitui o momento de desambiguação que completa o movimento de avaliação do conhecimento linguístico do(a) candidato(a). GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 38**

**RESULTADO:** RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A expressão superlativa referente ao adjetivo CONTROVERSA está contida na alternativa A e não na C. GABARITO ALTERADO.

**QUESTÃO: 39**

**RESULTADO:** RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A correta quantidade de fonemas seria 6-5-4-4. A questão deve ser anulada.

**QUESTÃO: 40**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Os recursos fundamentam, indevidamente, seus pedidos de anulação alegando que a questão fugiu do conteúdo programático referente às literaturas lusófonas. A questão em tela trata de mecanismo de compreensão do texto. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 41**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A correta compreensão do fenômeno de construção do nacionalismo literário (que é apontado como tema no Programa de Estudo – Anexo V), que tem como momentos privilegiados o Romantismo e o Modernismo (sem que isso signifique exclusivismo) envolve também o conhecimento sobre as reações que ele suscita e, no caso da questão em debate, a produção dos autores da segunda geração modernista é um tópico crucial para o tema. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 42**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO



IMPROCEDENTE. O Programa de Instalação da Padaria Espiritual proíbe ao seu membro, terminantemente, o emprego de palavras estrangeiras, em radical atitude nacionalista. O conhecimento sobre o nacionalismo literário é apontado como tema no Programa de Estudo – Anexo V. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 43**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. As alternativas oferecidas como resposta envolvem a obra de autores do século XIX que, nesse período de transição, tematizaram os conflitos agrários e religiosos (entre os quais Os sertões, livro-reportagem – não-ficção – de Euclides da Cunha), a industrialização, a imigração europeia (como o romance de Graça Aranha), a emergência do pensamento cientificista (como a poesia de Augusto dos Anjos, que não é Simbolista nem Parnasiana), a busca por renovação na educação, antecipando as linhas de força do nacionalismo moderno, que eclode no século XX. O conhecimento sobre o nacionalismo literário é apontado como tema no Programa de Estudo – Anexo V. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 44**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. As alternativas oferecidas como resposta envolvem a obra de autores do século XIX que, nesse período de transição, tematizaram a emergência do pensamento cientificista, antecipando uma das linhas de força do nacionalismo moderno, que eclode no século XX. O conhecimento sobre o nacionalismo literário é apontado como tema no Programa de Estudo – Anexo V. GABARITO MANTIDO.

**QUESTÃO: 45**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. A correta compreensão do fenômeno de construção do nacionalismo literário (que é apontado como tema no Programa de Estudo – Anexo V), que tem como momentos privilegiados o Romantismo e o Modernismo (sem que isso signifique exclusivismo) envolve também o conhecimento sobre as reações que ele suscita e, no caso da questão em debate, a produção de um dos principais nomes da terceira geração modernista é um tópico crucial para o tema. GABARITO MANTIDO.

**REDAÇÃO**

RECURSO 5854

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. O recurso não fundamenta o pedido de reconsideração, limitando-se a apontar fonte que diverge do texto motivador. O comando da prova estabelece que “Tendo como apoio **opcional** o texto motivador, produza uma CARTA À EDITORIA DE JORNAL, em que você DISCUTE A CONTRADIÇÃO ENTRE A FOME E A ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.” A divergência da abordagem proposta pelo texto motivador não impede o(a) candidato(a) de elaborar a proposta de redação.

RECURSO 5206

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. O recurso alega que o texto motivador, que trata de insegurança alimentar, não cumpre seu papel, por não ter conexão com o tema solicitado. O comando da prova estabelece que “Tendo como apoio **opcional** o texto motivador, produza uma CARTA À EDITORIA DE JORNAL, em que você DISCUTE A CONTRADIÇÃO ENTRE A FOME E A ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.” A pretendida ausência de conexão não se justifica e o recurso ao texto motivador é uma decisão facultada aos candidatos, de modo que não há condição que impeça o(a) candidato(a) de elaborar a proposta de redação.



#### RECURSO 6743

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O recurso alega que o tema foi o mesmo de outro exame vestibular de outra IES que, na verdade, solicitou o desenvolvimento do tema “Desafios para superar a insegurança alimentar no Brasil”. O comando da prova da URCA estabelece que “Tendo como apoio opcional o texto motivador, produza uma CARTA À EDITORIA DE JORNAL, em que você DISCUTE A CONTRADIÇÃO ENTRE A FOME E A ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.” A pretendida ocorrência de plágio é desprovida de fundamento.

#### RECURSO 6037

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O recurso alega que o comando da prova era ambíguo. O comando da prova da URCA estabelece que “Tendo como apoio opcional o texto motivador, produza uma CARTA À EDITORIA DE JORNAL, em que você DISCUTE A CONTRADIÇÃO ENTRE A FOME E A ATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.” A pretendida ambiguidade é desprovida de fundamento, já que carta ao editor (que veicula a visão do leitor) e editorial (que veicula a visão do veículo de comunicação) são gêneros distintos e distingui-los é parte das competências aferidas pela prova.

### LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS

**QUESTÃO:** 49

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Não houve confusão entre os Textos I e II, como sugerido no recurso. A resposta para esta questão está nas primeiras linhas do Texto I. Portanto, a resposta é Letra A.

**QUESTÃO:** 52

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. No Texto II é claro onde David Beasley aponta que há e onde pode haver desestabilização se a crise não for combatida/resolvida. “Ela resultará em fome, desestabilização das nações e migração em massa”. E mais adiante ele afirma “Nós já estamos vendo motins em Sri Lanka e protestos na Tunísia, no Paquistão e no Peru, e nós temos visto desestabilização acontecer em lugares como Burkina Faso, Mali e Chad. Isso é apenas um sinal do que pode acontecer”. Portanto, de acordo com o texto, David Beasley considera que há sinais de desestabilização apenas nos países elencados na Letra C.

**QUESTÃO:** 53

**RESULTADO:** RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Por erro de formatação da prova, há mais de uma resposta correta para essa questão. QUESTÃO NULA.

**QUESTÃO:** 54

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Embora a qualidade da imagem não esteja totalmente nítida, é possível fazer a leitura do texto nela contida. Candidatos com baixa visão poderiam ter indicado no ato da inscrição do vestibular que necessitariam de atendimento especial para realização das provas, conforme estabelecido no Edital N° 07/2022 – GR.

**QUESTÃO:** 55

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Embora a qualidade da imagem não esteja totalmente nítida, é possível fazer a leitura do texto nela contida. Candidatos com baixa visão poderiam ter indicado no ato da



inscrição do vestibular que necessitariam de atendimento especial para realização das provas, conforme estabelecido no Edital N° 07/2022 – GR.

**QUESTÃO: 57**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Quando comparado com os dados de 2018, ou seja, quando os dados da pesquisa atual são comparados com os de 2018, o aumento da população brasileira com insegurança alimentar é de 60%. O percentual 7.2% se refere ao aumento da fome de 2020 até quando a pesquisa em tela foi realizada. Portanto, a resposta correta é a Letra B.

**QUESTÃO: 58**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE: A questão pede que os candidatos marquem a informação que está incorreta de acordo com o texto apresentado. A opção incorreta é a Letra B, pois esta é a segunda pesquisa feita sobre insegurança alimentar desde o início da pandemia e não a primeira, como afirma a sentença. Portanto, a opção que deveria ser marcada é a Letra B.

**QUESTÃO: 59**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPRODECENTE. A resposta dessa questão está na segunda e terceira linhas do quarto parágrafo do texto: “access to food is not a problem for 53.2% of the households of self-declared white people” (Acesso a comida não é um problema para 53.2% dos lares de pessoas que se declararam brancas.). As opções A (Mais da metade dos lares chefiados por pessoas que se declararam brancas não sofrem com insegurança alimentar.) e D (Quase 50% lares chefiados por pessoas brancas sofrem com insegurança alimentar.) não são equivalentes, tendo em vista que Mais da metade não é sinônimo de Quase 50%. Portanto, a resposta correta é a Letra A.

**LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL**

**QUESTÃO: 49**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Recurso sem qualquer embasamento pragmático e sem nenhuma valoração real, pois alega, improcedentemente, a divulgação errônea do gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 50**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Recurso se utiliza da justificativa de tradução literal, mas não determina em que ponto o uso de *desmovilizado* impede o entendimento da questão. A resolução e entendimento da questão partem do poder interpretativo do candidato.

**QUESTÃO: 52**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE: Recurso questiona, de maneira improcedente, a alternativa apresentada no gabarito. O recurso, que possui sérios problemas de construção textual, é insuficiente para o entendimento do que se está questionando.

**QUESTÃO: 55**

**RESULTADO:** RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Os recursos impetrados contra a questão 55 se utilizam do conceito de tradução literal para justificar o uso da alternativa C como correta. Entretanto, dentro de um contexto funcional de tradução (NORD,2011), o uso da palavra RETROCESSO está mais adequada ao contexto político em que se encontra a discussão textual.



**QUESTÃO: 56**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

IMPROCEDENTE. o recurso alega não haver condições de fazer inferência a resposta, uma vez que há apenas uma tradução de excertos do texto na alternativa questionada. Inferir é justamente o ato de compreender e interpretar o texto a partir de recursos linguísticos apresentados (MARTINS, 2013). Além de não deixar explícito, no recurso, o que se está questionando, o texto recursal ainda apresenta falhas graves de construção sintática da norma culta da língua portuguesa, não condizente com candidatos aptos a ingressarem na universidade.

Crato, 12 de setembro de 2022

---

ANA JOSICLEIDE MAIA  
PRESIDENTE DA CEV